



Eixo: Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social
Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

OFENSIVA CAPITALISTA, MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO
MAURICELIA CORDEIRA DA SILVA
IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO

RESUMO:

O presente trabalho faz o esforço em resgatar o processo histórico e o significado da aproximação do serviço social junto aos movimentos sociais, a importância e os desafios presentes para a profissão no cenário contemporâneo, no Brasil. Essa reflexão foi pautada no método materialista histórico-dialético, o qual nos permitiu apreender as determinações históricas desse processo, além de apresentar os desafios que estão sendo postos à profissão nessa relação com as lutas da classe trabalhadora frente à ofensiva do capital no cenário contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Ofensiva Capitalista. Movimentos Sociais.

RESUMEN: El presente trabajo hace el esfuerzo en rescatar el proceso histórico y el significado de la aproximación del servicio social junto a los movimientos sociales, la importancia y los desafíos presentes para la profesión en el escenario contemporáneo, en Brasil. Esta reflexión fue pautada en el método materialista histórico-dialético, el cual nos permitió apreender las determinaciones históricas de ese proceso, además de presentar los desafíos que están siendo puestos a la profesión en esa relación con las luchas de la clase trabajadora frente a la ofensiva del capital en el escenario contemporáneo.

PALABRAS CLAVE: Servicio Social. Ofensiva Capitalista. Movimientos Sociales.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho se propõe a identificar os caminhos que o serviço social brasileiro trilhou em sua perspectiva junto aos interesses da classe trabalhadora, buscando resgatar sua aproximação e articulação junto aos movimentos sociais e as lutas mais gerais dos trabalhadores, a partir da compreensão do significado da profissão no interior das lutas de classe.

Essa reflexão é importante para que a categoria profissional apreenda os desafios da conjuntura presente e, em conjunto à outras categorias e segmentos da classe trabalhadora, construa estratégias de resistência e enfrentamento frente à ofensiva neoliberal em curso, de agravamento das expressões da “questão social”, desmontes de direitos, desmobilizações das lutas sociais, criminalização dos movimentos sociais e principalmente do apassivamento que perpassa as organizações dos trabalhadores.

No que diz respeito à organização política dos trabalhadores, da luta de classes na sociedade brasileira, e do serviço social inserido nesse processo, seus avanços se deram na maneira de organização e reivindicação dos direitos civis e sociais, principalmente durante o processo de redemocratização do país na década de 1980, momento que influenciou e mobilizou uma parcela significativa dos profissionais assistentes sociais, que lutava por melhores condições de vida e de trabalho, associada às mudanças que vinham sendo processadas no interior da categoria, com a renovação profissional, especialmente a partir da intenção de ruptura, na qual buscou-se consolidar a perspectiva de um serviço social comprometida com as lutas da classe trabalhadora.

Diante da conjuntura política que vem se apresentando desde os fins dos anos oitenta, a sociedade brasileira vem sendo alvo do recrudescimento das ofensivas neoliberais, e dessa maneira, esse cenário se configura com implicações adversas e complexas para o serviço social no Brasil.

Como método de investigação para realizar essa reflexão, utilizamos o materialismo histórico dialético. Enquanto aspectos metodológicos, fizemos um breve levantamento de autores como Abramides, Duriguetto, Vasconcelos e Gohn, pela contribuição acerca da temática proposta, tendo em vista que discutir esse campo é revitalizar a história de luta da profissão como também, descortinar

horizontes e contribuir com elementos que venham subsidiar a formação e o exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Esquemáticamente o trabalho no primeiro momento tratar da crise contemporânea do capital, do processo de reestruturação produtiva e suas incidências sobre a classe trabalhadora, em seguida discute as configurações dos movimentos sociais no Brasil, com destaque para o período 1980-2000, e, por fim a aproximação do serviço social junto aos movimentos sociais e o significado dessa aproximação no processo de resistência frente à ofensiva neoliberal na sociedade brasileira.

2. A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E O PROCESSO DE RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Em 1970, as bases de sustentação do capitalismo mundial começaram mostrar sinais visíveis de exaurimento em suas formas de produção e reprodução, impulsionando uma das maiores crises do modo de produção capitalista. Essa crise se deu na base do modelo de produção Taylor-fordista, atingindo principalmente as taxas de lucros das economias mundiais, como a dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

Sobre esse processo Lamamoto (2015) chama atenção para a destituição do Leste Europeu na década de 1980, como fenômeno de destaque para a alteração das relações de poder no mundo, redefinindo o arranjo de forças político-econômica nos dois polos geopolíticos, o capitalismo e o socialismo real, requisitando, nas duas realidades, a necessidade de novas saídas a fim de garantir a hegemonia, e no caso dos países capitalistas, derrubar definitivamente as “ameaças comunistas” e restaurar os mecanismos de produção e reprodução em todas as instâncias.

Entre os países do capitalismo central as principais estratégias foram a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização do capital. Quanto a esta primeira estratégia, a reestruturação, adotou-se o modelo de organização produtiva toyotista, a qual, gradativamente, substituiu a dinâmica taylor-fordista e, sustentada na lógica de produção flexível, instaurou uma nova cultura especialmente quanto as bases produtivas, as relações de trabalho e os mecanismos de concorrência e disputa de mercados em âmbito mundial.

O padrão de acumulação flexível atacou diretamente o pacto fordista, desmontando a realidade estabelecida com o Welfare State, especialmente no que se refere aos direitos trabalhistas constituídos no segundo pós-guerra. Neste momento, o Estado é demandado a redefinir sua intervenção nas relações entre capital/trabalho, passando a ser máximo para o capital e mínimo para o social, como afirma Behring (2009).

A partir da crise do capital nos anos 1970, a ofensiva capitalista redefiniu significativamente as relações de trabalho e organização política dos trabalhadores no Brasil. As mudanças ocorridas no âmbito do Estado, a partir de 1990, em particular, materializadas nas “reformas” em torno das políticas de ajuste fiscal teve como centro das estratégias a efetivação de medidas sustentadas na flexibilização, desregulamentação e privatização dos direitos sociais.

Essas medidas criaram um cenário bastante ameaçador no que diz respeito ao processo de organização dos movimentos sociais e das próprias organizações dos trabalhadores, dificultando a organização e mobilização da classe trabalhadora no país.

1. Os movimentos sociais no Brasil a partir de 1980

O contexto histórico de 1980 no Brasil se configurou como um período emblemático de efervescência política, e resistência dos movimentos sociais. Esse período histórico foi marcado pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, cujo cenário favoreceu a participação e ingerência dos movimentos nas diferentes várias instâncias políticas, sociais e econômicas do país.

Foi nesse momento que se colocou nas organizações sociais, a ideia de romper com as amarras do regime militar, através da ação coletiva e da participação popular. A década de 1980 é considerada um marco, portanto, por se configurar um período de resistência ao projeto da autocracia burguesa e busca de desenvolvimento de um projeto nacional de fato democráticos, como reforça Gohn

[...] a rearticulação da sociedade civil ocorrida no período foi acompanhada da elaboração de vários projetos de mudanças sociais para o país. A união das forças de oposição possibilitou a construção de propostas e frentes de luta (GOHN, 1995, p. 111).

Embora a década de 1980 seja considerada uma década perdida no tocante ao desenvolvimento econômico, no aspecto político-social foi, portanto um momento de significativo avanço. De acordo com Gohn (1995),

A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta às eleições para a presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL), o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas (GOHN, 1995, p. 123-124).

As mobilizações organizadas pelas frentes de luta pretendiam com as massas dos trabalhadores organizados, fortalecer as frentes coletivas, para resistir a autocracia burguesa e lutar a democratização do país. As diversidades de segmentos de movimentos sociais foram articulando-se e somando suas pautas de luta, e a proposta da redemocratização foi tornando-se expressiva na cena política do país. Os movimentos que tiveram maior expressividade no início dos anos de 1980 foram:

[...] Protesto Indígena; a criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS; I Congresso Nacional de Luta Contra a Carestia; a criação do Partido dos Trabalhadores, recriação do MDB, e outros partidos nacionais; Passeata Contra Aumento da Passagem de Ônibus; Centrais Sindicais; Movimento Assembleia do Povo (GOHN, 1995, p. 120-121).

Ainda segundo a autora,

[...] o período de 1982-95, corresponde a um período de intensa movimentação social, dado pelas características da conjuntura política e bastante ampliado pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do país e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação de massas (GOHN, 1995, p.123).

A ingerência dos movimentos sociais na cena política dos anos 1980, em especial, foi estratégica para a construção de um novo patamar democrático no país, com conquistas fundamentais, das quais destacamos a Constituição Federal em 1988.

Contudo, mesmo face aos avanços, especialmente de ordem político, social e cultural que marcou a década de 1980, a década seguinte se apresentou com um cenário bastante adverso para a classe trabalhadora no Brasil, conforme trataremos a partir do próximo subtópico.

1. Os movimentos sociais nos anos 1990 e o Serviço Social brasileiro

A década de 1990 foi marcada pela incidência do neoliberalismo nas relações de produção e reprodução da vida social, tanto em âmbito internacional, como nacional. O novo cenário político, econômico e social estruturado em consonância com o projeto neoliberal atinge diretamente os movimentos sociais, ocorrendo descentralização de suas forças organizativas e de participação, não só no Brasil, mas na América Latina.

Com a incorporação da ideologia do neoliberalismo pelos países latino-americanos, aconteceu o que Montaño e Duriguetto (2011, p. 294) afirmam ser 'uma onda de protestos e lutas sociais', que se apresentaram descaracterizadas da unidade de classe.

Observamos que a materialização do projeto neoliberal na região, vem impulsionando um processo de despolitização das lutas sociais classistas, devido às mudanças que ocorreram no âmbito do trabalho e dos direitos sociais, a partir das incidências das políticas reformistas.

O conflito que se trava entre capital/trabalho a partir da ofensiva neoliberal no Brasil, redefine a tensão quanto a direção política, econômica e social do país a partir de 1990, de um lado, temos os trabalhadores com seus projetos/ou bandeiras de luta, fundamentados na perspectiva do acesso aos direitos, de condições de trabalho, e de outro lado, tem-se a classe dominante, a qual, junto ao Estado, criminalizam, desmobilizam e desorganizam as lutas dos trabalhadores.

De acordo com Vasconcelos (2015)

[...] é fruto da cooptação do movimento sindical, do desemprego, da informalidade, dos processos de terceirização, da diminuição do contingente de trabalhadores na cadeia produtiva, da superexploração, o que provoca constrangimento no seu reconhecimento enquanto classe, dificulta ainda mais o enriquecimento da subjetividade e a

mobilização e organização coletiva, necessárias a processos revolucionários e emancipatórios (VASCONCELOS, 2015, p. 240).

As estratégias usadas pela classe burguesa são ofensivas sobre a realidade social. Direitos mínimos são retirados, as conquistas históricas da classe trabalhadora são relativizadas ou destruídas, a exemplo da recente reforma trabalhista que culminou na Lei 13467/17, dos esforços em legitimar o trabalho escravo “moderno”, e do desmonte da seguridades social.

Com os duros rebatimentos das políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais e ao trabalho temos observado um amplo processo de recuo na organização política, como observa Duriguetto (2014, p. 180):

[...] assistimos a dessolidarização de classe e as tendências neocorporativas das lutas de sindicais; à crise do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo de parceria, de envolvimento e à postura defensiva de preservação dos direitos dos trabalhadores ‘estáveis’ e pouca atenção para os trabalhadores precarizados

Essas tendências apresentadas pela autora acima citada, se fortaleceram nos governos Lula, quando o mesmo adotou para o país um modelo estratégico do ponto de vista do desenvolvimento do capital em paralelo ao relativo desenvolvimento social, estruturando, nesse sentido, o neodesenvolvimentismo.

Para Castelo, estudioso sobre o neodesenvolvimentismo, este se configura como um modelo de desenvolvimento econômico que surgiu nos anos 1970, no contexto dos golpes militares na região, em um momento de aprofundamento da crise capitalista. Segundo o autor, tal projeto:

[...] teve como finalidade manter o desenvolvimento da acumulação do sistema capitalista, a partir de três pontos fundamentais, ‘maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura; e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica’. (CASTELO, 2015, p. 624).

Essa estratégia foi incorporada à agenda política dos governos Lula, ocorrendo mudanças significativas no que se pretendia antes em seus discursos políticos nas campanhas eleitorais, para o que realmente foi efetivado durante sua gestão.

O governo do PT estruturado na perspectiva de conciliação de classes buscou atender as necessidades do capital com limites para a classe trabalhadora, num processo contraditório para conseguir atender as demandas

das classes antagônicas no interior do sistema capitalista. Braga (2016) afirma que

[...] o sucesso dos governos de Lula da Silva deveu-se, sobretudo, à combinação do momento econômico favorável com a consolidação de, para utilizarmos a expressão popularizada pelo cientista político André Singer, um 'reformismo fraco', que alimentou essa hegemonia (BRAGA, 2016, p. 56).

Essa hegemonia que perpassou todo governo do PT, conduziu a um processo de recuo e apassivamento da classe trabalhadora, visto que muitos líderes sindicalistas tornaram-se elementos do Estado no controle das inquietações e cooptações dos trabalhadores, os quais “foram absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão, transformando-se em verdadeiros administradores do investimento capitalista no país” (BRAGA, 2016, p. 58).

Todavia, não é o caso de afirmar que a resististência foi radicalmente eliminada da cena política. As lutas não foram dissolvidas, garantindo-se relativa organização e participação política, sobretudo dos movimentos sociais, porém com contradições.

Assim, as franjas de segmentos de sindicatos mais radicais, de acordo com Braga (2016, p. 59), foram e são “obrigado[s] a mobilizar[em]-se politicamente, ainda que à revelia dos sindicatos, a fim de assegurar[em] as condições mínimas de sua própria reprodução”.

É neste cenário que o Serviço Social percebe que é mais do que necessário à categoria profissional se fortalecer junto aos espaços das lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, na perspectiva de somar forças para resistir enquanto profissão que tem um direcionamento político junto às classes subalternizadas, no sentido de construir estratégias que viabilizem a materialidade do projeto ético-político hegemônico na profissão.

As condições precárias de trabalho, fragilidades nos vínculos trabalhistas, a precarização da formação profissional e dentre outras, colocam desafios que demandam à categoria apreender as determinações da conjuntura em curso e as incidências no cotidiano da formação e do exercício profissional.

2. Contribuições e desafios postos ao serviço social na atual conjuntura brasileira

São tempos em que resistir, é a palavra de ordem para a categoria das/os assistentes sociais, na cena contemporânea brasileira. Nos últimos 30 anos a cultura profissional se consolidou em sua direção social crítica e, em decorrência, na sua vinculação às lutas da classe trabalhadora. Entretanto essa vinculação e comprometimento se veem abalados pelas mudanças societárias a nível mundial que definiu o atual cenário capitalista, atingindo a totalidade da vida social e, conseqüentemente, a profissão.

De acordo com Mota e Amaral (2016) as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva do capital incidiram em novas demandas profissionais e a conseqüente abertura de novos espaços sócio ocupacionais, e desse modo, se fez necessário o adensamento de outros fundamentos teóricos na formação profissional, desafiando as práticas organizacionais dos profissionais.

A ofensiva burguesa conservadora, necessária a reprodução do capitalismo, produzem um esvaziamento na compreensão crítica da sociedade fazendo-se necessárias análises superficiais e respostas imediatas, o que atinge de modo direto na base teórica e interventiva da categoria. Como apontam Mota e Amaral (2016) trata-se de uma ofensiva neoconservadora que traz no seu bojo posturas idealistas, pragmáticas e empiristas.

Nesse processo, as autoras chamam a atenção ao movimento crescente de organizações e lutas sociais de esquerda com um viés conservador, o qual, diante da impossibilidade de derrota do sistema atual e convencida pelo "fim da história", aponta as políticas identitárias, em detrimento das classistas, desaguando no ecletismo político e teórico e no levante de uma "onda" sincrética sem delimitações, trazendo consigo o subterfúgio do pluralismo.

Assim se faz cada vez mais crescente essa perspectiva na produção intelectual do Serviço Social uma racionalidade que trabalha com a possibilidade de "criar modos de vida compatíveis com as exigências da nova ordem social" (MOTA; AMARAL, 2016, p.34).

No âmbito da prática há o enaltecimento da dimensão técnica e gerencialista do Serviço Social, um quadro que apresenta ao extremo entre a formação profissional crítica e o exercício profissional conservador. Sobre o assunto, as autoras supracitadas chamam atenção para o fato de que não se trata do conservadorismo propriamente dito, mas sim um novo conservadorismo travestido de um marxismo funcionalista – com respostas para a racionalidade

vigente, por incorporações pós-modernas e pela defesa de novo sincretismo cujo argumento é de que a análise pela perspectiva de classe é insuficiente à análise das transformações societárias em curso.

Desse modo,

a diluição das necessidades da reprodução capitalista em expressões fenomênicas, afastando, definitivamente, os novos fenômenos e processos da sua gênese histórica, evidencia um nítido abandono do método que identifica o movimento do real a partir das suas macrodeterminações e das contradições em processo (MOTA; AMARAL, 2016, p. 42).

Diante da realidade apresentada acima, a categoria tem no seu cotidiano duas condições complexas: a primeira refere-se ao fato do assistente social um profissional assalariado (IAMAMOTO, 2009) e a segunda, por ter, em muitas situações, seu trabalho vinculado a alguma política ou programa de governo.

Outro fator importante se dá na compreensão da natureza contraditória da profissão, vinculada a interesses de classes antagônicas. Ao tempo que é contratado pelo Estado para atender demandas e interesses burgueses, como o de conter a pobreza extrema e atenuar as insatisfações da classe trabalhadora, no sentido de evitar possíveis transtornos que os trabalhadores reunidos possam ocasionar ao sistema, se compromete também com os princípios de seu projeto profissional que remontam a emancipação humana (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006). Sobre ser uma profissão tangenciada em sua grande maioria pelo formato do Estado, é importante destacar que

este Estado adota a aparência de neutralidade enquanto cresce a sua dimensão de controle, na mesma medida em que flexibiliza sua dimensão social [...] sendo implementador de políticas sociais. O Estado gerencial tem sido potencializado e exige novas atribuições para o exercício profissional no contexto do “novo” formato das políticas sociais”, utilizando-se da assistência social para exercer controle sobre os pobres e suas demandas, ainda que de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas. Esse modelo exige da profissão uma intervenção essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo racionalista formal-abstrato. Surgem atribuições no âmbito de controle e monitoramento da população pobre, inaugurando novas e recuperando velhas formas de controle, pela mediação das políticas e dos serviços sociais (GUERRA, 2016, p. 99)

Outros desafios que recaem à profissão é o dos cursos na modalidade à distância. A categoria vem se mostrando no embate a esse perfil curricular por

tratar-se de um curso aligeirado e de ensino precarizado. No seio dessas transformações, a dimensão técnica é colocada em detrimento das demais dimensões que fundamentam a formação e o exercício profissional (MOTA, 2016). Não retirando a sua importância, mas reconhecendo que ela sozinha se torna insuficiente no agir comprometido e competente que cabe ao assistente social em seus espaços de intervenção.

Como desafios também enfrentados no bojo das transformações societárias, citamos: rotatividade, empregos temporários, vínculos instáveis, baixos salários, pluriemprego, intensificação e extensão de carga horária. E por ser uma profissão de predominância feminina há o agravante do sobretrabalho doméstico, da dificuldade do empenho necessário para o desenvolvimento de pesquisas e do tempo necessário de lazer e descanso provocando doenças de diversas naturezas (GUERRA, 2016).

Frente a esse quadro de desmonte de direitos, precarização das condições de trabalho é imprescindível à categoria

[...] discutir a inserção do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como assistente social, como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções (DURIGUETTO, 2014, P. 183).

Nessa conjuntura, é fundamental que a categoria profissional se fortaleça junto a outros espaços de lutas da classe trabalhadora, dentre os quais os movimentos sociais, na perspectiva de somar forças para resistir enquanto profissão e, no caso dos assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora. Buscando estratégias para que o projeto ético-político hegemônico na profissão resista as ameaças do tempo presente.

É importante enfatizar que a profissão não vem passando ao largo desses processos. Observamos que a categoria profissional está atenta, apesar das divergências e disputas internas em torno de projetos profissionais distintos. Como exemplo podemos citar a inserção das entidades representativas (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) nos diferentes espaços de participação e controle social; o envolvimento e compromisso de assistentes sociais e estudantes no direcionamento de frentes e fóruns em defesa dos direitos sociais;

campanhas nacionais e locais em defesa da democracia e das liberdades democráticas.

2. CONCLUSÃO

Nossa proposta foi resgatar os caminhos trilhados pela profissão no Brasil, a fim de compreender como se deu a sua aproximação com os movimentos sociais para o fortalecimento e avanço da dimensão política do Serviço Social. É de fundamental necessidade dentro do corpo intelectual da categoria, a compreensão de que o projeto ético-político gestado a partir da intenção de ruptura com as bases tradicionais da profissão é um componente histórico central, para a compreensão da relação e aproximação entre o Serviço Social e as lutas sociais.

A importância dessa articulação com as lutas da classe trabalhadora se dá no sentido de fortalecer a perspectiva crítica da profissão, a direção junto aos interesses da classe trabalhadora e a resistência frente às ofensivas neoliberais sobre as relações de vida e de trabalho da massa que sobrevive do trabalho.

Vale ressaltar que essa aproximação da profissão com os movimentos sociais possibilitou a existência de aparatos legais normativos, éticos e ideológicos que direcionam a categoria num processo de formação e cultura que difere da posta pelo capital.

Apreender a realidade para além do atendimento às demandas postas na realidade concreta e se reconhecer enquanto classe trabalhadora, inserida nesse contexto de contrarreforma do Estado e de desmonte de direitos é uma demanda para o fortalecimento da profissão e sua vinculação junto aos movimentos sociais.

A categoria profissional se depara com o desafio permanente de resistir e persistir na direção estratégica hegemônica na profissão. Fortalecer um projeto de classe que vai radicalmente na contramão da sociabilidade capitalista, orientado por um projeto, o qual, a despeito dos limites, se compromete com os interesses e necessidades coletivas da classe trabalhadora no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatris; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária. In: MOTA, Ana Elisabete. **Prefácio**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 23-30.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classe. In: SINGER, André; LOREIRO, Isabel. As contradições do lulismo: A que ponto chegamos? 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da autocracia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOHN, Maria Glória. **História Dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

HARVEY, David. **O enigma do capital** e as crises do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Orgs.). Cenários, contradições e pelezas do Serviço Social Brasileiro. In: CARDOSO, Franci. **Serviço Social e seus desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 15-25.

_____, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Orgs.). Cenários, contradições e
pelejas do Serviço Social Brasileiro. In: _____ **Serviço Social brasileiro:**
cenários e perspectivas nos anos 2000. São Paulo: Cortez, 2016. p. 29-53.

_____, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Orgs.). Cenários, contradições e
pelejas do Serviço Social Brasileiro. In: GUERRA, Yolanda. **Transformações
societárias, Serviço Social e cultura profissional:** mediações sócio-históricas
e ético-políticas. São Paulo: Cortez, 2016. p. 83-110

_____, Ana Elisabete. (Org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e
trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elisabete. **Seguridade Social brasileira:**
desenvolvimento histórico e tendências recentes. São Paulo: Cortez, 2009. p.
40-48.

_____, Ana Elisabete. (Org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e
trabalho profissional. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-
políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** São
Paulo: Cortez, 2009. p. 161-196.

SADER, Emir (org.). Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado
democrático. In: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1995. p. 9-23

VASCONCELOS, Ana Maria de. A/O assistente social na luta de classes: projeto
profissional e mediações teórico-práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.